

CLIPPING IMPRESSO

15/09/2021



INDICE

1. CEMULHER	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1
2. DESEMBARGADOR	
2.1. JORNAL O DEBATE.....	2 - 3
3. PRESIDÊNCIA	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	4 - 6
4. PUBLICIDADE LEGAL	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	7

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 48/2021 Processo nº 20.064/2021		
Objeto: Contratação de empresa especializada para manutenção corretiva emergencial de Solução de Videowall com fornecimento de peças; Abertura: 28/09/2021 às 10:00h (horário de Brasília-DF); Local: https://www.gov.br/compras/pf-br ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br . Fone: (98) 3261-6194. São Luís/MA, 14 de setembro de 2021. Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.		

Corregedor da Justiça recomenda regularização fundiária a gestores municipais

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), desembargador Paulo Velten, proferiu palestra durante o I Encontro do Sistema de Justiça e Gestores Municipais, realizado pelo Ministério Público estadual e Defensoria Pública do Estado, por meio de suas escolas superiores, na segunda-feira, 13.

O evento foi destinado aos prefeitos municipais e transmitido na internet pelo youtube. Participaram da mesa de abertura o vice-governador Carlos Brandão; o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau e o defensor-geral, Alberto Bastos.

Representando o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o corregedor participou do painel sobre o tema "Regularização Fundiária" e falou sobre a experiência de sua gestão na CGJ-MA (2020/2022), nessa área. O corregedor explicou que ao assumir o cargo, em 24 de abril de 2020, estabeleceu quatro eixos de trabalho: governança; resolutividade; integridade; transparência e efetividade.

NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Com esse balizamento, informou que priorizou a atenção ao serviço extrajudicial e

criou o Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-MA, composto por juízes, cartórios e servidores, que atua como "órgão de inteligência" para detectar os problemas e "gargalos" que dificultam o trabalho dos gestores municipais.

O corregedor defendeu a implementação da regularização fundiária urbana pelos gestores municipais, com o apoio dos cartórios, principalmente os de registro de imóveis, que devem atuar como parceiros dos administradores públicos.

"Hoje, a regularização fundiária, sobretudo a urbana, é algo fundamental para que possamos concretizar a dignidade da pessoa humana, que, mais do que um princípio, é um valor constitucional", disse o desembargador.

ESTATUTO DA CIDADE

O corregedor apontou o Estatuto da Cidade (nº 10.257/2001) e a Lei de Regularização Fundiária (nº 13.465/2017) como instrumentos legais de que os gestos municipais dispõem para promover o resgate do que chamou de "função antropológica" das cidades e sua importância para o desenvolvimento para a paz, Justiça social e bem-estar da sociedade.

Bate Rebate

BRANDÃO PRESTIGIA ENCONTRO DO SISTEMA DE JUSTIÇA



O vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão participou, nesta segunda-feira (13), da mesa de abertura do I Encontro do Sistema de Justiça de Gestores Municipais, a convite do Ministério Público do Maranhão e da Defensoria Pública do Estado, promovido por suas respectivas escolas superiores. A atividade é voltada para gestores de todo o Maranhão e contou com palestra sobre regularização fundiária, ministrada pelo subdefensor-geral da DPE/MA, Gabriel Santana Furtado; e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten.

O Brasil registra 37.828 mulheres presas



Atualmente, o Brasil registra 37.828 mulheres presas, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Dessas, 24,9% estão em unidades que não contam com estrutura prevista no módulo de saúde, deixando de atender dessa maneira à Lei de Execução Penal e Portaria Interministerial. No caso do Maranhão, 83,45% das unidades tem estrutura no módulo de saúde.

Nana Queiroz, escritora e ativista dos direitos das mulheres, autora do livro “Presos que Menstruam”, sobre as dificuldades das mulheres nas prisões, afirmou que o kit de higiene distribuído nos presídios era o mesmo para mulheres e homens. “Não tinha absorventes, e se ganhava o mesmo tanto de papel higiênico, sendo que nós mulheres usamos papel higiênico para duas necessidades em vez de uma”.

A campanha

O assunto motivou o lançamento da Campanha de Combate à Violência Menstrual, ontem em São Luís, de iniciativa do Movimento de Mulheres de

Axé do Brasil – Núcleo Maranhão, em parceria com a Defensoria Pública Estadual, Tribunal de Justiça e mais 13 instituições públicas e entidades da sociedade civil. O objetivo é arrecadar absorventes até o dia 20 de novembro deste ano, para serem doados às meninas de Axé e para as mulheres em situação de cárcere no estado.

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Comitê da Diversidade, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher) e da Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), apoia a campanha com a proposta que o Judiciário maranhense inicie a arrecadação nas comarcas da Ilha e comarcas que possuem unidades prisionais femininas.

A violência menstrual é a falta de acesso das mulheres que menstruam a recursos, infraestrutura e conhecimento para o cuidado da sua menstruação. O levantamento feito pelo Movimento Mulheres de Axé do Brasil – Núcleo Maranhão informou que grande parte da população brasileira

feminina, na sua maioria negra, não tem acesso a protetores menstruais e outras formas de garantir a sua saúde básica no período menstrual de forma adequada, recorrendo muitas vezes a métodos pouco seguros para conter o sangue da menstruação.

O Maranhão foi o primeiro estado a iniciar a campanha de arrecadação com o apoio de órgãos públicos, privados e sociedade civil e o segundo a lançar a campanha estadual. A Bahia foi o primeiro estado a fazer o lançamento estadual, por ter a primeira Casa de Mulheres de Axé do Brasil. “Infelizmente, o Maranhão é um dos estados com maior índice de meninas desassistidas pelo poder público e que sofrem fortemente com a pobreza menstrual.

Com esta campanha, procuramos combater essa problemática que só expõe a desigualdade e violação de direitos que nossas meninas sofrem, além das mulheres que estão no sistema prisional, ou seja, dois públicos invisibilizados e que vivem à margem de direitos básicos”, destacou uma das coordenadoras da MAB, Ana Rosa Silva.

Encontro discute regularização fundiária e resíduos sólidos

Abordando os temas regularização fundiária e resíduos sólidos, foi realizada, na tarde desta terça-feira, 13, de forma híbrida (presencial e virtual), o I Encontro do Sistema de Justiça e Gestores Municipais. Realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (Calhau), o encontro foi promovido pelo Ministério Público do Maranhão em parceria com a Defensoria Pública. A atividade foi transmitida pelo YouTube da Escola Superior do MPMA (ESMP).

Membros do MPMA, autoridades da Defensoria Pública do Maranhão e de demais instituições do sistema de justiça, além de gestores municipais de todo o estado, participaram da atividade.

Na abertura, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, destacou o objetivo do encontro que é unir esforços entre as instituições do sistema de justiça e dos gestores para contribuir para a melhoria da vida da população maranhense. “Nós temos a obrigação de tratar bem o Maranhão para que possamos desenvolvê-lo. Nós precisamos dos gestores para que possamos melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano e a vida de toda a população. Por isso, estamos convocando todos para esta finalidade”, enfatizou o chefe do MPMA.

A diretora da Escola da Defensoria Pública, Cristiane Marques, ressaltou a relevância dos temas a serem debatidos: regularização fundiária e resíduos sólidos. “É um momento de um diálogo muito importante e a gente pensou em trazer contribuições concretas para os municípios”, disse.

Representando a diretora da ESMP, Karla Adriana Farias Vieira, a promotora de justiça Ana Luiza Almeida Ferro também destacou a importância do debate. “É nesse sentido que este encontro marca mais um importante passo na atuação do Ministério Público, preventiva e orientadora, e a atuação de todas as outras instituições do sistema de justiça e dos gestores municipais em prol de dois temas muito caros aos esforços de pacificação social e de respeito ao meio ambiente”.

O defensor público-geral do Estado, Alberto Bastos, igualmente comentou sobre os dois assuntos em discussão e a respeito dos objetivos do encontro. “Acho que o recado que estamos passando é que o sistema de justiça está aberto ao diálogo. O que nós queremos é a plena execução das políticas públicas, beneficiando aqueles que estão lá na ponta e que a gente consiga levar mais moradia e mais se-

gurança a toda a população”.

No mesmo sentido se pronunciou o corregedor-geral de Justiça, desembargador Paulo Velten, um dos palestrantes da tarde, que representou o presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, no encontro. “O que precisamos fazer é discutir, com absoluta racionalidade e à luz do Direito, políticas públicas que devem ser implementadas de imediato e que vão alcançar o cidadão brasileiro, maranhense, que espera muito do esforço de cada um de nós”.

Para o vice-governador do estado, Carlos Brandão, somente com a união de todos os poderes e instituições será possível avançar na resolução dos problemas relativos aos temas em debate. “A gente precisa se aprofundar no conhecimento sobre esses dois assuntos. O Executivo, o Judiciário, o Legislativo sozinhos não conseguem resolver. Temos que ouvir os gestores e os especialistas”, disse.

PALESTRAS

A primeira palestra, abordando o tema Regularização fundiária, foi proferida por Gabriel Santana Furtado (subdefensor-geral da Defensoria Pública do Estado) e Paulo Velten (corregedor-geral do Tribunal de Justiça). A outra palestra, com o tema Resíduos sólidos, foi apresentada pelo promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior (coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público do Maranhão).

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O primeiro a se apresentar foi o subdefensor-geral da Defensoria Pública do Maranhão, Gabriel Santana Furtado, que discorreu sobre regularização fundiária em áreas urbanas. Em sua exposição, o palestrante afirmou que o Maranhão tem um déficit habitacional enorme e que, por isso, é necessário que os gestores municipais definam as áreas passíveis de regularização fundiária. “O gestor é o protagonista da regularização fundiária, que deve ser uma política prioritária municipal, porque o ganho dos recursos e de capital político é do município”, completou.

Entre os ganhos diretos decorrentes da regularização fundiária está o aumento da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Entre as vantagens indiretas estão a geração de novos negócios e o fomento da construção civil.

O corregedor-geral de Justiça, Paulo Velten, destacou que o processo de regularização fundiária, sobretudo o urbano, deve ser realizado pelos administradores municipais com o auxílio de outros órgãos e instituições, incluindo os cartórios de registro de imóveis. “Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm que ter um diálogo permanente pensando no cidadão que está na ponta. Temos, portanto, que aprofundar esta pauta com os gestores municipais e trabalhar com interdependência. A regularização fundiária é fundamental para que a gente possa efetivamente concretizar a chamada dignidade da pessoa humana, que além de um princípio, é um valor constitucional”.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Em sua exposição sobre resíduos sólidos, o promotor de justiça Fernando Barreto do Meio Ambiente de São Luís, apresentou detalhes sobre a Lei nº 12.305/2010, que insti-

tuiu a política nacional de resíduos sólidos, e mostrou os índices nacionais e estaduais relativos ao assunto em pauta, após mais de dez anos da promulgação da lei.

De acordo com os dados da Controladoria Geral da União de 2017, ao todo, 12 planos estaduais de resíduos sólidos haviam sido elaborados (45%) e 2.325 municípios brasileiros (42%) também tinham apresentado seus planos. No Maranhão, havia 61 municípios com plano de resíduos sólidos. “Nós não estamos muito longe dos índices nacionais, apesar de nossas carências. Então, podemos melhorar”.

Em sua palestra, o promotor de justiça também ressaltou a importância da implementação da coleta seletiva nos municípios com a participação dos catadores, como forma de promover a reciclagem e a economia solidária e circular. Além da geração de renda, o modelo gera economia ao erário. “É uma forma de gerar dinheiro e emprego para uma população que não tem acesso ao trabalho formal”. (CCOM-MPMA)



Divulgação

Encontro foi promovido pelo MPMA com a Defensoria Pública



Divulgação

Encontro foi direcionado a gestores municipais



Divulgação

Paulo Velten disse que a regularização fundiária concretiza a dignidade da pessoa humana